



Uma carta inédita de Dona Carlota Joaquina

TERESA MARTINS MARQUES

Doutoranda da Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa



João Gonçalves Marques. Por Manuel Rodrigues
Bandeira, Thezourreiro Geral da Minha Fazenda, e Me
foe presente o vosso generoso offerecimento de seiscentos mil
reis por mês, que de accôrdo com o vosso amigo João Anto-
nio d'Almeida e Me fazaeis para supprimento das Mi-
nhas despesas, em attenção ás urgentes circumstancias em
que Me acho para poder subsistir: Eu accepto o vosso do-
nativo, e não só vò-lo agradeço, como até pázso a Orde-
nar ao ditto Meu Thezourreiro, que vá pessoalmente fa-
ze-lo em Meu Nome, segurando-vos da Minha parti-
te o mais restricto sigillo sobre esta mattheria, do que po-
deis ficcôr seguro.

Deos vos guarde. Ramalhão, em 15 de Fevereiro de
1823.

Carlota.

Contexto histórico

A presente carta de D. Carlota Joaquina, até agora inédita, datada do palácio do Ramalhão, Sintra, em 15 de Fevereiro de 1823, é um manuscrito autógrafo, pertencente ao acervo particular do coleccionador português Dr. Carlos Ventura, ilustre jurista e profundo conhecedor dos meandros relativos a manuscritos de insignes figuras da História Universal, bem como da edição de obras raras das principais literaturas europeias.¹

No documento que aqui apresentamos, depara-se-nos uma figura bem diferente da tradicional lenda negra que sobre esta rainha se criou. Numa sociedade e num tempo em que as mulheres não tinham voz, a não ser para urdir surdas intrigas, não foi difícil construir essa lenda negra da “mulher tenebrosa”, “da megera de Queluz”, da “Messalina espanhola”. Esta lenda está hoje a ser revista, graças

¹ Agradeço penhoradamente ao Sr. Dr. Carlos Ventura a generosa autorização para a publicação desta carta inédita.

à excelente contribuição dos trabalhos de duas mulheres – uma portuguesa – Sara Marques Pereira,² publicado em 1999, e de uma brasileira, Francisca Nogueira Azevedo,³ publicado em 2003 –, a que se acrescenta a recente publicação da correspondência familiar e política de D. Carlota Joaquina, que a revelam uma mulher de elevada cultura política, com rasgos de extraordinária sagacidade, para além de mãe atentíssima, sobretudo no que concerne à saúde de seus filhos, e ainda de filha dedicada, de esposa muitas vezes terna, contra tudo o que dela se propalou.

Na presente carta, D. Carlota revela-se de grande prudência e eficácia na angariação de contribuições financeiras, permitindo-nos conhecer os nomes de alguns dos seus apoiantes, nela sigilosamente resguardados. No ano de 1823 a rainha refere-se às urgentes circunstâncias em que se achava para poder subsistir e a estas razões de natureza privada deverá ainda acrescentar-se o auxílio financeiro por ela dispensado à causa contra-revolucionária de D. Miguel, na preparação da Vila-Francada. Ainda que lutando contra a corrente progressista da História, que daria a vitória aos liberais, é a vontade de poder, a vontade de defender os ideais em que acredita, o que faz mover uma mulher como Carlota Joaquina, tetraneta de Louis XIV, de França, como geralmente se não refere, mas que muito explica o orgulhos dos Bourbons perante os Braganças.

Lembremos alguns aspectos do contexto histórico em que esta carta foi escrita.⁴ A 4 de Julho de 1821, após diversos adiamentos, a família real acabara por regressar definitivamente a Portugal. Com ela veio um séquito de cerca de quatro mil pessoas: ministros, oficiais, diplomatas e as suas famílias, além de deputados às Cortes pelo Rio de Janeiro. Depois do desembarque, na Praça do Comércio, o rei deslocou-se para a sala das Cortes, no Convento das Necessidades, onde novamente jurou as bases da Constituição. Inicia-se, assim, em Portugal o exercício efectivo da monarquia constitucional, onde o rei é chamado a desempenhar um novo papel e os cidadãos passam a poder intervir mais activamente, através dos seus representantes nas Cortes. Promove-se a abolição da censura prévia e regulamenta-se o exercício da liberdade de imprensa, posteriormente aprovado pelas Cortes vintistas.

O regresso da Família Real fora seguido de medidas desastrosas das Cortes portuguesas relativamente ao Brasil, que haviam decretado o seu retrocesso à condição de simples colónia, aliadas à onda liberal autonomista, que no século XIX invadiu toda a América Latina, e que conduziu à proclamação da Independência do Brasil, pelo Príncipe D. Pedro, a 7 de Setembro de 1821.

A 23 de Setembro de 1822, fora promulgada a Constituição Portuguesa, que se afastava frontalmente do regime absoluto, ao instituir um sistema de poderes

tripartido, prevendo a liberdade individual, a livre expressão do pensamento, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a supremacia das cortes legislativas e a defesa da monarquia, com redução dos poderes do rei. A 1 de Outubro, é feito o juramento da Constituição por D. João VI; todavia, a rainha Carlota, que desde muito cedo declarara a sua oposição à revolução de 1820, recusa-se a jurar a Constituição, dedicando-se a conspirar com um núcleo importante de absolutistas, no sentido de planear a contra-revolução.

Em 23 de Fevereiro de 1823, dá-se uma rebelião contra-revolucionária liderada pelo general Manuel da Silveira, conde de Amarante, e outros militares que haviam sido afastados depois da Martinhada.⁵ O conde de Amarante, tendo corrido grande parte das terras do Minho, e havendo-se demorado em Braga, recolheu a Vila Real, lançou mão de um estandarte e gritou: "Morra a Constituição e todos os seus sectários." Nas suas proclamações, o conde, entre promessas de fidelidade à Religião, ao rei e a "sua augusta esposa (a mulher forte!)," acusa a Constituição de responsável pela perda das "mais ricas possessões portuguesas na América e na Índia". A revolta contra o governo liberal no Norte do país é dominada pelas forças militares afectas ao governo. O conde de Amarante é derrotado, os seus bens são confiscados, sendo obrigado a refugiar-se em Espanha.

A 27 de Maio, dá-se a sublevação de D. Miguel denominada Vila-Francada, golpe que pôs termo à primeira experiência liberal portuguesa, iniciada em Agosto de 1820. O infante D. Miguel obedecia a um plano conspirador, com o apoio da rainha D. Carlota Joaquina, no sentido de destronar o rei, de quem se dizia ser coagido pelo governo liberal. Na sequência do golpe contra-revolucionário, é abolida a vigência da Constituição de 1822, é nomeado outro executivo, as Cortes são dissolvidas pelo rei: "Desenganados de seus erros, eles mesmo se dissolveram e facto, como de facto se congregaram; e eu os dissolvo de direito."

² Sara Marques Pereira, *D. Carlota Joaquina e os "Espelhos de Clio" – actuação política e figurações historiográficas*, 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

³ Francisca Nogueira Azevedo, *Carlota Joaquina na Corte do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira*, 2003. Ver também: *Carlota Joaquina – cartas inéditas*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007.

⁴ Consultámos para esta breve síntese histórica diversas fontes, sendo as principais: *Dicionário de História de Portugal*, v. VI, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989. *História de Portugal em datas*, coord. António Simões Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

⁵ A 11 de Novembro de 1820, dia de S. Martinho, eclode um movimento, que ficou conhecido por Martinhada, opondo uma compósita facção de personalidades conservadoras e absolutistas, mas também outras liberais radicais e militares, a que se juntaram liberais moderados, todos eles empenhados em controlar o poder nascido da revolução. O que começou por ser uma revolta politicamente controlada pelos conservadores e absolutistas culminou no seu afastamento do campo da revolução vintista e na radicalização desta no sentido liberal.

A 18 de Junho, nomeia-se uma Junta presidida pelo marquês de Palmela, integrando catorze membros, entre os quais predominavam os nomes mais conhecidos do movimento conservador, para preparar o projecto da carta de lei fundamental da monarquia portuguesa. Em fins de Dezembro de 1823, a Junta já tinha definido um texto constitucional moderado que, contudo, não é colocado em prática, devido às manobras das forças absolutistas.

A 2 de Julho, as Cortes Extraordinárias auto-suspendem os seus trabalhos na sequência da Vila-Francada, não sem antes cerca de sessenta deputados terem apresentado uma “Declaração e Protesto”, na sessão de 30 de Junho, em que alguns parlamentares defenderam com toda a veemência nos seus discursos a Constituição, jurando “Liberdade ou Morte” e “Constituição sem alterações”.

Observemos, em resumo, os factos, com alguns pormenores deveras pitorescos, conforme os lemos n’*A última corte do absolutismo em Portugal*, obra fundamental de Alberto Pimentel sobre este período da História Portuguesa.⁶

A 27 de Maio de 1823, o infante D. Miguel, com um esquadrão de cavalaria, saiu ao romper da manhã, furtivamente, do Palácio da Bemposta, e de acordo com o regimento aquartelado no Castelo e comandado pelo brigadeiro José de Sousa Pereira e Sampaio, depois Visconde de Santa Marta, dirigiu-se para Vila Franca, no intuito de ir incorporar-se à divisão transmontana. O infante, que deixara na Bemposta uma carta para o rei, chegou a Vila Franca pelas nove horas, com mais de trezentas praças de infantaria. Aí proclamou “Morra a Constituição!” em favor do absolutismo. Sua alteza hospedou-se em casa do capitão-mor António Feliciano de Sousa (depois barão de Vila Franca). A vila estava em festa, os soldados, entusiasmados, punham nas barretinas laços azuis e vermelhos, e davam vivas a D. Miguel, à restauração, à rainha. Os presos foram soltos e o cabo José Roquete levou ordem a Santarém para que também ali se abrissem as portas da cadeia. Martins Pamplona, que estava na sua quinta de Suberra, correu ao encontro do infante e conseguiu resolvê-lo a submeter-se ao rei. Os infantistas nunca lhe perdoariam esse acto de lealdade para com D. João VI.

D. Miguel e as forças que o acompanhavam tencionavam sair de madrugada para o Porto, seguindo dali para Almeida. O marquês de Belas, camarista do rei, chegou de tarde, com uma carta de D. João VI, intimando-o à obediência, mas, como o infante tivesse resolvido dormir a sesta, teve de esperar que este acordasse para lhe entregar. D. Miguel não se intimidou, não esfriou o seu entusiasmo, nem o do povo. Vila Franca iluminou-se à noite. Somente se tomaram algumas precauções, como, por exemplo, interceptar a passagem de malas do correio.

O infante respondeu ao rei pelo mesmo portador. Aqui se transcreve a carta de D. Miguel:

Meu pai e senhor: – O único pesar que tenho é ter saído do Palácio de Vossa Magestade sem sua licença; mas esta não teria eu alcançado da prudência de Vossa Magestade, e não podendo ver por mais tempo o abatimento do throno contra a vontade de todo o reino, tomei um partido que Vossa Magestade como rei não pôde desaprovar. Nós devêmos conservar illesa a magestade real; é um deposito que nos é confiado. Só pretendo servir a Vossa Magestade, como rei e como pai, e libertar a nação; espero que o ceu nos ajudará, e que Vossa Magestade me deitará a sua bênção como pai, ainda que como rei o obriguem a actos exteriores contra o seu real coração. Beijo a mão de Vossa Magestade, filho o mais obrigado – Miguel.⁷

Uma proclamação do infante foi no mesmo dia afixada nas ruas de Vila Franca. Nela declara D. Miguel que não pode ver por mais tempo a majestade real ultrajada e feita ludíbrio dos facciosos, o rei reduzido a um mero fantasma. Em Lisboa, logo que se soube da saída do Infante, principiou a juntar-se gente no largo das Necessidades, em frente do Palácio das Cortes. O general Sepúlveda, governador de armas da capital, foi introduzido na sala do Congresso e ali referiu que tinha ido ao Paço da Bemposta, onde encontrara o rei consternado pelo procedimento do infante. Os aplausos da câmara e das galerias, quando ouviram esta revelação, foram talvez mais sinceros do que a mágoa do rei. O retrato de D. João VI foi descoberto, e deputados e espectadores aplaudiram com entusiasmo. Sepúlveda afirmou que as tropas estavam animadas do melhor espírito em favor da constituição, mas sempre foi acrescentando que tanto elas como o público pediam a demissão do Ministério.

Uma deputação das Cortes foi à Bemposta “expressar os sentimentos do mais respeitoso reconhecimento, pela franca e leal comunicação” que sua Majestade fizera ao congresso. O rei mostrou-se grato à manifestação das Cortes e penalizado pelo procedimento do Infante.

O rei demittira, entretanto, o Ministério e nomeara outro, mas as tropas não se mostraram entusiasmadas pela Constituição a ponto de inspirarem completa confiança. O general Sepúlveda fora substituído pelo general Jorge de Avillez. Mas esta substituição de nada valera, porque, recebendo as tropas ordem para recolher aos quartéis, saíram da cidade, sem ordem do governo, umas pela estrada de Loures, outras pela de Sacavém, em direcção a Vila Franca, onde chegaram pela manhã. Apenas o Dezoito de infantaria se dirigiu para o Campo de Sant’Ana; e postando-se em frente do Palácio da

⁶ Alberto Pimentel, *A última corte do absolutismo em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferin, Editor, 1893, p. 191-199.

⁷ Pimentel, p. 194-195.

Bemposta, rompeu em gritos: “Viva el-rei absoluto! Viva o Infante D. Miguel! Morra a Constituição!”

O rei chegou à janela e então lhe pediram que seguisse para Vila Franca, que o Dezoito lhe faria a guarda de honra. O marquês de Loulé aconselhava D. João VI a que não perdesse um momento. Tratou-se logo de preparar um carrinho em que o rei entrou com as infantas. O povo e a tropa romperam em entusiásticos aplausos, acompanhando a equipagem real, que partira para ir juntar-se a D. Miguel. A noite de 30 de Maio foi de profunda ansiedade para todos. Paisanos armados e soldados do regimento do comércio faziam a polícia da capital, porque a tropa de linha havia desaparecido. Os soldados da polícia fugiram para Vila Franca. O governo, querendo resistir à revolução, distribuía armas dos arsenais pelos paisanos de sua confiança, que patrulhavam as ruas e as saídas da cidade. Mas a procissão, a romaria para Vila Franca engrossava, garrida de topes azuis e encarnados. A 31 de Maio, D. João VI proclamou de Vila Franca, dizendo que nunca desejara o poder absoluto e prometendo garantir as liberdades do povo “por um modo que, segurando a dignidade da coroa, respeitasse e mantivesse os direitos dos cidadãos.”

Quando D. João VI entrava em Vila Franca com as suas filhas, chegava do Cartaxo o infante D. Miguel, que, tendo avistado o rei, apeou, e tirando a espada, a entregou em mão. Houve então uma cena de ternura, de efusão teatral. O rei levantou-se e abraçou D. Miguel. As infantas fizeram outro tanto. As tropas e o povo aplaudiam entusiasticamente.

D. João VI organizou novo Ministério, nomeou D. Miguel comandante em chefe do exército, reintegrou nos seus direitos civis e políticos a rainha, mandou levantar o sequestro feito aos bens do conde de Amarante e de todas as pessoas que o seguiram, ordenou que fossem

soltos os presos políticos. A mutação fora completa e rápida.

No dia 3 de Junho, chegaram a Lisboa as tropas que regressavam de Vila Franca: entraram na capital em três colunas, dirigindo-se a primeira às Cortes, a segunda ao centro da cidade e a terceira ao Castelo. O povo saudava com frenético entusiasmo a chegada das tropas, ansioso de ver chegar o rei e o infante. D. João VI, D. Miguel e as infantas regressaram efectivamente no dia seguinte. D. Carlota Joaquina era objecto de uma peregrinação de tal modo numerosa, que a Câmara Municipal, que se dirigia em seges para Arroios, teve que retroceder, por não poder romper através da aglomeração de povo e veículos.

D. Miguel era o herói da revolução que voltava coroadado de louros. O triunfo fora completo para D. João VI e para o infante. Dos Anjos à Sé, e da Sé até à Bemposta, alguns oficiais tiraram os muares da carruagem real, puxaram-na eles. A *Gazeta de Lisboa* publicara-lhes os nomes, laudatoriamente: eram quarenta e quatro. Um deles que se julgou desconsiderado, por omissão, reclamou. Os liberais vingaram-se com uma *blague*, fazendo anunciar na *Gazeta*, sem que se soubesse como, “que se iam vender as parelhas que haviam puxado pela carruagem d’el-rei, na sua vinda de Vila Franca; e que quem as quisesse comprar, as acharia à venda ou em Belém ou no Campo de Sant’Ana.”

O factor decisivo do sucesso do golpe da Vila-Francada foi, sem dúvida, a intervenção do exército, esse mesmo exército que, havia menos de três anos, permitira a concretização da primeira experiência liberal portuguesa. D. João VI, batido no meio de tão opostos elementos, como eram os moderados e intransigentes, que se digladiavam no próprio seio do gabinete, sorria a uns e outros e todos eles conspiravam. O Partido Absolutista e D. Carlota Joaquina obtinham a sua primeira grande vitória.